

### A retórica do elogio

Arnaldo Espírito Santo  
Centro de Estudos Clássicos  
Universidade de Lisboa

O elogio, o louvor, o panegírico, quer como simples tópos, quer como subgénero do discurso epidíctico ou demonstrativo, foram objecto de minuciosa teorização nos tratados de retórica na Antiguidade Clássica e nos compêndios escolares que se lhes seguiram ao longo dos tempos. Na formação de oradores, de políticos, de pregadores, de escritores –ou simplesmente de todos aqueles que, por motivações cívicas ou razões profissionais, utilizam a palavra como forma de olhar a sociedade, nas suas virtudes e nos seus defeitos– a retórica do elogio, a que se associa a do vitupério por contraposição, desempenha um papel importantíssimo, não só como técnica que proporciona os meios e o modo de actuação mais eficazes, mas também como instrumento ao serviço da realização e da finalidade artísticas do discurso, válidas em si mesmas.

Se, por um lado, é verdade que, enquanto teoria e técnica da comunicação, a retórica mereceu uma reflexão muito atenta por parte daqueles que utilizaram a linguagem como forma de intervenção nas deliberações dos órgãos colectivos do estado (eloquência deliberativa), como exercício da advocacia (eloquência forense ou judicial), ou como simples alocução de circunstância (eloquência demonstrativa ou epidíctica), não é menos verdade que estes três géneros do discurso oratório nunca foram estanques entre si. É certo que, em teoria, se distinguem pela função e pela especificidade do assunto: os géneros deliberativo e forense ocupam-se do útil, provendo aquele à aprovação das leis, e procurando este influenciar o juiz na pronúncia da sentença, ou pelo menos tratando de lhe dar a conhecer os elementos que configuram uma decisão mais justa; ao passo que o género demonstrativo, não se ocupando essencialmente do útil, tem por objecto o elogio da virtude e o vitupério do vício, louva as boas acções e censura as más, cabendo nele um certo tipo de sermões, no âmbito da oratória sagrada, e, de modo geral, os discursos e as orações celebrativas.

Destes três géneros, o mais universal e que tem imortalizado os seus cultores tem sido o género demonstrativo. Basta recordar, no vasto espaço da cristandade europeia do século XVII, os sermões do Padre António Vieira (1608-97), e os de Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), seu contemporâneo. Foram ambos dois génios da oratória. Têm em comum, além do engenho (o *ingenium*, um dom inato), o conhecimento minucioso das regras de cada género, que seguiram, tal como estavam estabelecidas e eram ensinadas segundo um exaustivo preceituário, doutrinado na Grécia por Aristóteles e Górgias, em Roma, por Cícero e Quintiliano, e nos séculos XVI-XVII pelos manuais da autoria de Cipriano Soares e Luis de Granada, para me restringir aos mais consagrados e influentes.

Cícero dedicou algumas linhas ao discurso laudativo para dizer, em substância, que é aquele gênero a que os Gregos chamam epidíctico “porque foi inventado para demonstrar e causar prazer”.<sup>1</sup> Mas, como autor magistral de discursos forenses e políticos, dos mais famosos de todos os tempos, é com algum desdém que ele associa o panegírico aos Sofistas, gente pouco recomendável (na sua perspectiva), fazendo questão de acentuar que no discurso laudativo está tudo aquilo “que está ausente do discurso forense”;<sup>2</sup> entenda-se, “que deve estar ausente do discurso forense”. Não porque o ir ao encontro do que à assembleia agrada ouvir seja pouco importante, pois deleitar o auditório é uma função indispensável em todos os gêneros oratórios, mas porque se fixa demasiado, ou exclusivamente, nesse objectivo; e sobretudo porque se “alimenta da abundância das palavras”, sem a contenção própria do discurso deliberativo e do forense, e ainda porque “se permite liberdade a mais na sua construção e na sua cadência”, “cedendo a um arranjo afectado das frases”, perdendo-se em “subtilezas”, “de maneira que as palavras tenham artificialmente correspondência umas com as outras”, “ou entrem em confronto entre si”, “de maneira a criar antíteses” e a produzir até correspondência sonora entre os finais de cada frase.<sup>3</sup> Numa palavra, o discurso laudativo permite-se tudo isso, precisamente porque tem em vista, não o útil, mas o belo, “não o combate do discurso forense, mas o prazer dos ouvidos que escutam”.<sup>4</sup>

O que há de mais admirável nestas palavras de Cícero é que elas foram assumidas pelo Padre António Vieira, nas suas duas facetas: não só a de professor e teorizador do gênero demonstrativo, mas também a de pregador. Para vermos que assim é, recorro ao Leitor o primeiro dos seus 203 sermões, o bem conhecido Sermão da Sexagésima. Aí Vieira, em pessoa de professor e pregador, insisto, critica duramente certas formas de pregar e expõe aquela que para si é a mais eficaz para mover os ouvintes, ou os leitores, à conversão de suas vidas. Nessa exposição de Vieira, muitos viram uma forma de pensamento original a que chamaram “o método de pregar português”. Pois seja. Não vou entrar nesse debate. A verdade, porém, é que o nosso pregador seguiu de perto o passo de Cícero que acima resumi e citei.

Faço agora o mesmo com o passo de Vieira em questão, para que vejamos que assim é.

Atentemos nesta interpelação de Vieira, com pergunta e resposta: “Sabem, Padres Pregadores, porque fazem pouco abalo os nossos sermões? Porque não pregamos aos olhos, pregamos só aos ouvidos” (Vieira 2008, 37). Cícero diz: “non enim ad

---

<sup>1</sup> Marcus Tullius Cicero, *Orator*, 37, 4: “Quia quasi ad inspiciendum delectationis causa comparatum est”.

<sup>2</sup> *Ibidem*: “Quae absunt a forensi contentione”.

<sup>3</sup> *Ibidem*, 37-37: “Ab hac [delectatione] et verborum copia alitur et eorum constructio et numerus liberiore quadam fruitur licentia. datur etiam venia concinnitati sententiarum et argutiis, certique et circumscripti verborum ambitus conceduntur, de industriaque non ex insidiis sed aperte ac palam elaboratur, ut verba verbis quasi demensa et paria respondeant, ut crebro conferantur pugnancia comparenturque contraria et ut pariter extrema terminentur eundemque referant in cadendo sonum.”

<sup>4</sup> *Ibidem*, 38-39: “Non enim ad iudiciorum certamen sed voluptatem aurium scripserat.”

iudiciorum certamen sed voluptatem aurium scripserat”. A censura e as palavras de Vieira: “só aos ouvidos” são um eco das palavras reprovadoras de Cícero: “ad voluptatem aurium”, “ao prazer dos ouvidos”. Condena Cícero as “subtilezas”, “argutiis”; ora o mesmo faz Vieira, quando diz: “Os ouvintes de entendimentos agudos são maus ouvintes, porque vêm só a ouvir sutilezas, a esperar galantarias” (Vieira 2008, 32). Para me não alongar demasiado neste ponto, provo o que pretendo com a semelhança entre o passo citado de Cícero e o seguinte excerto de Vieira:

Não fez Deus o Céu em xadrez de estrelas, como os pregadores fazem o sermão em xadrez de palavras. Se de ãa parte está Branco, de outra há-de estar Negro; se de ãa parte está Dia, da outra há-de estar Noite; se de ãa parte dizem Luz, da outra hão-de dizer Sombra; se de ãa parte dizem Deceu, da outra hão-de dizer Subiu. Basta que não havemos de ver num sermão duas palavras em paz? Todas hão-de estar sempre em fronteira com o seu contrário? (Vieira 2008, 41)

Não é difícil descobrir nos pares de antíteses “Branco” “Negro”, “Dia” “Noite”, “Luz” “Sombra”, “Deceu” “Subiu”, aquele mesmo defeito que Cícero censura “na correspondência das palavras umas com as outras”, “verba verbis quasi demensa et paria respondeant”, ou em “entram em confronto entre si”, de maneira a criar antíteses, “como se continuamente se pusessem em confronto coisas antagónicas e se comparassem realidades contrárias”, “ut crebro conferantur pugnancia comparenturque contraria”.

Tudo isto, acrescido de reminiscências constantes do *De Doctrina Christiana*, manual de retórica cristã, da autoria de Santo Agostinho, completa o enquadramento da teoria de Vieira sobre o discurso demonstrativo, o qual, em formulação ilustrada com uma belíssima comparação, diz o seguinte:

“Como hão-de ser as palavras? Como as estrelas. As estrelas são muito distintas, e muito claras. Assi há-de ser o estilo da pregação, muito distinto, e muito claro. E nem por isso temais que pareça o estilo baxo: as estrelas são muito distintas, e muito claras, e altíssimas. O estilo pode ser muito claro, e muito alto: tão claro que o entendam os que não sabem; e tão alto que tenham muito que entender nele os que sabem. O rústico acha documentos nas estrelas para a sua lavoura, e o mareante para a sua navegação, e o matemático para as suas observações, e para os seus juízos. De maneira que o rústico, e o mareante, que não sabem ler, nem escrever, entendem as estrelas, e o matemático, que tem lido quantos escreveram, não alcança a entender quanto nelas há. Tal pode ser o sermão: estrelas, que todos as vêem, e muito poucos as medem” (Vieira 2008, 41).

Alguns dos tópicos que aqui se encontram –como a linguagem clara, para que todos entendam, mesmo os rústicos, com a possibilidade de descer ao estilo humilde–

estão em Santo Agostinho, cuja obra Vieira bem conhecia.<sup>5</sup> Não escapará ao Leitor a semelhança de algumas expressões de Vieira –“um *estilo tão afectado*, um estilo tão *encontrado* a toda a arte, e *a toda a natureza*”; “O estilo há-de ser muito fácil, e muito *natural*”; “Hão-de cair as cousas, e não-de nacer: tão naturais que vão caindo, tão próprias que venham nascendo”; “há-de cair *com cadência*” (Vieira 2008, 39-40)– com as de Agostinho que apresenta como modelo um “*estilo humilde*”, com “um certo *ornamento não rebuscado* mas antes de certo modo *natural* e, por assim dizer, *uma cadência* das frases *extraída das próprias coisas*.”

Para estipular as proibições, Cícero; para apresentar a imagem de um modelo pela positiva, Santo Agostinho. E desta associação nasce uma teoria aplicável cujas regras, diga-se em abono da verdade, o Padre Vieira nem sempre respeita e às vezes transgride, levado pelo entusiasmo e pelo fulgor da retórica e do seu engenho. Digamos que Vieira, por mais que se revele em teoria um seguidor da *grauitas*, da austeridade, ciceroniana, não deixa de ceder a perspectivas mais abertas de um teorizador da geração seguinte, Quintiliano.

Saliento, antes de mais nada, que Quintiliano acha absolutamente legítimo que, no género demonstrativo e principalmente no panegírico, se dê lugar à “ostentação”, “ostentationem”, e por isso recomenda que “devemos sem dúvida inclinar-nos um pouco para a deleitação dos ouvintes”, “sane paulum aliquid inclinare ad uoluptatem audientium debemus.”<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Cf. *De Doctrina Christiana*, IV, XXVI, 56: “Plerumque autem dictio ipsa submissa, dum solvit difficillimas quaestiones, et inopinata manifestatione demonstrat; dum sententias acutissimas de nescio quibus quasi cavernis, unde non sperabatur, eruit, et ostendit; dum adversarii convincit errorem, et docet falsum esse quod ab illo dici videbatur invictum; maxime quando adest ei quoddam decus non appetitum, sed quodammodo naturale, et nonnulla, non jactantacula, sed quasi necessaria, atque, ut ita dicam, ipsis rebus extorta numerositas clausularum; tantas acclamationes excitat, ut vix intelligatur esse submissa. Non enim quia neque incedit ornata, neque armata, sed tanquam nuda congregitur, ideo non adversarium nervis lacertisque collidit; et obsistentem subruit ac destruit membris fortissimis falsitatem. Unde autem crebro et multum acclamatur ita dicentibus, nisi quia veritas sic demonstrata, sic defensa, sic invicta delectat? Et in hoc igitur genere submisso iste noster doctor et dictor id agere debet, ut non solum intelligenter, verum etiam libenter et obedienter audiatur” (“Muitas vezes o próprio estilo humilde –quando dilucida questões difíceis e com inesperada clareza as ilumina; quando arranca, não sei de que espécie de antros, de onde não se esperava, sentenças subtilíssimas, e as patenteia; quando derrota o erro do adversário e mostra que é falso aquilo que ele parecia dizer que era invencível; sobretudo quando há nesse estilo um certo ornamento não rebuscado mas antes de certo modo natural e, por assim dizer, uma cadência das frases extraída das próprias coisas– suscita tantas aclamações que dificilmente se percebe que é um estilo humilde. Com efeito, não é por se apresentar sem ornamentos e sem armaduras, vindo à liça como que despido, que deixa de abalroar, com nervos e músculos, o adversário e de o derrubar quando resiste, e de destruir com os seus membros firmíssimos a falsidade. Por que motivo se aclamam, com frequência e muito, os que assim discursam, a não ser porque a verdade, assim demonstrada, assim defendida, assim vitoriosa, deleita? E, por conseguinte, neste género humilde, esse nosso mestre e pregador deve fazer com que não só se faça ouvir com inteligência, mas também com deleite e docilidade”).

<sup>6</sup> Marco Fábio Quintiliano, *Institutio oratoria*, liv. II, cap. X, 10.

Faço um aparte para dizer que, entre a morte de Cícero (43 a. C.) e o tempo de Quintiliano (c.35-c.100 d.C.), mudanças radicais de regime tinham levado à decadência da oratória política e forense. Desse facto se deram conta Séneca Pai (c.55 a.C.-c.40 d. C.) e Tácito (56-c.120 d. C.).<sup>7</sup> À República com as suas instituições colectivas de decisão e governo, o senado, as assembleias do povo, sucedera o regime imperial, com a subalternização do poder repartido e do debate nos órgãos legislativos. O ensino da retórica subsiste para a transmissão de uma arte diletante, desligada progressivamente da realidade e que cultiva o discurso de aparato e de circunstância.

Não admira, pois, que a normativa clássica, republicana, assente na vida e no estilo austero, passe a dar mais atenção à beleza literária de uma escorreita peça de oratória, bem escrita, bem declamada, que fazia o encanto de um auditório selecto e culto.

Tendo em vista estas circunstâncias, Quintiliano definiu outros objectivos e outros preceitos para o género epidíctico, particularmente para o panegírico. Não deixa de ser significativo que, em toda a obra de Cícero, o vocábulo *panegyricus* surja apenas uma vez, como palavra estranha à retórica latina, ao passo que a obra de Quintiliano, onde ocorre cinco vezes, lhe dedica vários parágrafos. Um deles é o seguinte:

E em certas intervenções que se desenrolam indubitavelmente com alguma verdade, mas que são adequadas à deleitação popular, como por exemplo os panegíricos e todo o género de discurso demonstrativo, é permitido usar mais ornato e deve-se não só manifestar, mas também ostentar diante das pessoas reunidas para este efeito, toda a arte que em geral está oculta nos julgamentos.<sup>8</sup>

Assim, “os panegíricos e todo o género de discurso demonstrativo”, além de aparecerem associados no mesmo tipo de normativa, gozam do privilégio de não só poderem, mas até deverem orientar-se para a deleitação dos ouvintes, usar em profusão os meios do *ornatus*, com toda a panóplia de tropos e imagens, figuras de estilo e figuras de pensamento. É verdade que a retórica ciceroniana também recomenda o *ornatus*. Mas de tal modo que não haja ostentação. O ideal da ornamentação era que a obra tivesse a arte de não parecer artística, como escreveu Dionísio de Halicarnasso a respeito do orador Lísias, do séc. V a.C.,<sup>9</sup> ou, como diz Vieira por sua influência, de ser “ũa arte sem arte” (Vieira 2008, 39). Agora, volvidos os tempos, o ideal de beleza é, não só ser belo e artístico, mas também ostentar que se é ou pretende sê-lo. De certo modo o discurso laudativo, tal como o género epidíctico

---

<sup>7</sup> Veja-se Séneca Pai (*Controversiae* I, *praef.* 6 e ss.) e Tácito (*Dialogus de Oratoribus*, em especial caps. XXXVI-XLI).

<sup>8</sup> Marco Fábio Quintiliano, *op. cit.*, liv. II, cap. X, 11: “Nam et iis actionibus quae in aliqua sine dubio ueritate uersantur, sed sunt ad popularem aptatae delectationem, quales legimus panegyricos totumque hoc demonstratiuum genus, permittitur adhibere plus cultus, omnemque artem, quae latere plerumque in iudiciis debet, non confiteri modo sed ostentare etiam hominibus in hoc aduocatis.”

<sup>9</sup> “Tem arte no próprio facto de não parecer ornamentar-se com arte” (Dionísio de Halicarnasso, 68).

em geral, participa de um certo ornato típico da representação teatral, “decere quodam scaenico.”<sup>10</sup> O Padre Vieira toma nota deste pormenor. A prova disso é que, no método de pregar que preconiza no Sermão da Sexagésima, não há dúvida de que reconhece e aceita os efeitos da representação que “entra pelos olhos” (Vieira 2008, 37), o que é o mesmo que dizer que aceita e porventura terá praticado alguma teatralização do diálogo que por vezes tenta entabular com o público. Terá sido, no entanto, um dos pregadores mais comedidos no uso de gestos e atitudes histriônicas, a julgar pelas críticas que dirige a uma certa pregação exageradamente teatral.<sup>11</sup>

Vieira preferiu, sem dúvida, manter-se mais próximo da primeira faceta do discurso epidíctico que Quintiliano identificava nas declamações praticadas pelos alunos dos retores do seu tempo: porque é imagem do discurso usado nos julgamentos e nas deliberações, o discurso epidíctico deve aproximar-se da verdade e não da ficção teatral.<sup>12</sup> O que significa o mesmo que dizer que o discurso epidíctico, e por conseguinte o sermão, pode partilhar das características comuns aos gêneros deliberativo e forense. É isso o que Quintiliano procura demonstrar quando discorda dos teorizadores que “reduzem a matéria do louvor ao honesto, a da deliberação ao útil e a forense ao justo,”<sup>13</sup> pois em cada um destes três gêneros de discursos há questões que envolvem matéria de honestidade, de utilidade e de justiça. Ou seja, nada desta matéria é exclusivo de um determinado gênero de discurso e, assim sendo, nenhum gênero de discurso é exclusivo de uma determinada temática. Pelo menos em teoria.

A consequência que daqui decorre é, obviamente, que se caminha para a negação da divisão do discurso em três gêneros e, inversamente, se proclama a supremacia do discurso epidíctico, que se revela ser a forma adequada à nova realidade do exercício da oratória, qualquer que ela seja, praticamente reduzida aos exercícios florais das escolas dos retores, ou mestres de retórica. A oratória sagrada que se vai desenvolver com a implantação do cristianismo acaba por se inserir neste contexto teórico. Com toda a lucidez concluiu Quintiliano que “todas as coisas se mantêm de pé

<sup>10</sup> Marco Fábio Quintiliano, *op. cit.*, liv. II, cap. X, 12-13: “Quare declamatio, quoniam est iudiciorum consiliorumque imago, similis esse debet ueritati, quoniam autem aliquid in se habet epidicticon, nonnihil sibi nitoris adsumere. Quod faciunt actores comici, qui neque ita prorsus ut nos uulgo loquimur pronuntiant, quod esset sine arte, neque procul tamen a natura recedunt, quo uitio periret imitatio, sed morem communis huius sermonis decore quodam scaenico exornant” (“Por isso, a declamação, porque é uma imagem dos julgamentos e das assembleias deliberativas, deve ter aparência de verdade; mas, porque contém em si algo de epidíctico, deve revestir-se de um certo brilho. É isso o que fazem os actores da comédia, que nem representam inteiramente do mesmo modo que nós falamos (o que não teria arte), nem todavia se afastam muito da natureza (pois com esse defeito pôr-se-ia fim à imitação), mas ornamentam com algum enfeite teatral a maneira de usar a língua comum”).

<sup>11</sup> Vieira (2008, 57): “Ūa das felicidades, que se contava entre as do tempo presente, era acabarem-se as comédias em Portugal; mas não foi assi. Não se acabaram, mudaram-se: passaram-se do teatro ao púlpito.”

<sup>12</sup> Marco Fábio Quintiliano, *op. cit.*, liv. II, cap. X, 12: “Quare declamatio, quoniam est iudiciorum consiliorumque imago, similis esse debet ueritati” (Cf. nota 10).

<sup>13</sup> Marco Fábio Quintiliano, *op. cit.*, liv. III, cap. IV, 16: “Ne iis quidem accesserim, qui laudatiuam materiam honestorum, deliberatiuam utilium, iudicialem iustorum quaestione contineri.”

auxiliando-se umas às outras: assim como o louvor incide sobre a justiça e a utilidade, e as deliberações sobre a honestidade, assim também raramente se encontrará uma causa forense, em parte da qual não se nos depare alguma das coisas que acima dissemos.”<sup>14</sup>

Da perspectiva de Quintiliano decorrem ainda algumas mudanças de carácter prático, no que diz respeito à estrutura do discurso e às funções de cada uma das suas partes. Era ponto assente que o discurso forense e o discurso deliberativo deviam abrir com um exórdio, cuja função era cativar, respectivamente, a benevolência do juiz na sentença a proferir e o voto dos senadores para a aprovação de uma proposta de lei. Quintiliano, dentro da mesma lógica de uniformização, entende que também o discurso epidíctico e até mesmo puramente panegírico, embora não tenha nenhum objectivo útil a atingir, deve iniciar-se com um *prohoemium*,<sup>15</sup> palavra grega que Quintiliano prefere a *exordium*, termo latino consagrado por Cícero.<sup>16</sup> A obtenção do aplauso do público, que “consiste apenas no louvor”, “in sola laude consistit”, curiosa nota de carácter humanista, justifica que o orador dedique algum tempo a captar o “audientium fauor”, “os aplausos dos ouvintes”, uma paga tão digna como os emolumentos dos advogados ou as vitórias parlamentares dos deputados.

Não era essa a norma estipulada por Aristóteles, que “in demonstratiuis” considerava o exórdio perfeitamente dispensável. E aqui, mais uma vez, Quintiliano define nova doutrina ao dizer que, em todo o caso, “deve haver no princípio do discurso alguma espécie de exórdio, pois não se deve começar a falar abruptamente e ao calhas, porque em toda e qualquer matéria há um aspecto que vem naturalmente antes dos outros.”<sup>17</sup>

Este princípio tornou-se absoluto nos sermões de Vieira. O orador, ou pregador, ou escritor, ou quem quer que se sirva da palavra para comunicar, nunca poderá esquecer que, seja qual for o género de discurso que pratica, ele tem em comum com todos os outros as funções de “cativar, narrar, informar, amplificar, atenuar, moldar o espírito do auditório, excitando-lhe ou acalmando-lhe os afectos;”<sup>18</sup> e que, para mover os

<sup>14</sup> *Ibidem*: “Stant enim quodam modo mutuis auxiliis omnia; nam et in laude iustitia utilitasque tractatur et in consiliis honestas, et raro iudicalem inueneris causam in cuius non parte aliquid eorum quae supra diximus reperiatur.”

<sup>15</sup> Marco Fábio Quintiliano, *op. cit.*, liv. III, cap. VIII, 7: “Nec mirum, cum etiam in panegyricis petatur audientium fauor, ubi emolumentum non utilitate aliqua, sed in sola laude consistit” (“E não há motivo de admiração, uma vez que mesmo nos panegíricos, onde o emolumento consiste, não em alguma utilidade, mas apenas na glória, se procura captar o favor dos ouvintes”).

<sup>16</sup> Em Cícero *exordium* ocorre cerca de 50 vezes, e *prohoemium* 7 vezes nas epístolas (com o significado que hoje damos a proémio), nenhuma na obra retórica com o significado de exórdio. Em Quintiliano encontram-se 93 ocorrências de *prohoemium* (em geral equivalente a exórdio), e 33 de *exordium*.

<sup>17</sup> Marco Fábio Quintiliano, *op. cit.*, liv. III, cap. VIII, 6: “Initium tamen quodcumque debet habere aliquam prohoemii speciem; neque enim abrupte nec unde libuit incipiendum, quia est aliquid in omni materia naturaliter primum.”

<sup>18</sup> Marco Fábio Quintiliano, *op. cit.*, liv. III, cap. IV, 15: “Illa quoque sunt communia, conciliare narrare docere augere minuere, concitandis componendisue adfectibus animos audientium fingere.”

afectos e exprimir os sentimentos no discurso de forma eficaz, há técnicas adequadas que passam sobretudo pelas figuras de estilo em geral, e em particular pela exclamação, pela apóstrofe, pela prosopopeia, pela interrogação, pela ironia, pela repetição, pela gradação, pela imprecação, pela optação. Paralelamente, aconselha-se o uso de outro grupo de recursos retóricos que têm um efeito especial na ornamentação do estilo: a metáfora, a alegoria, a hipérbole, a descrição, a antítese, o símile, etc. Não há sermão de Vieira em que não haja belos exemplos do uso artístico de todos eles.

Tudo isto, que se encontrava perfeitamente definido na retórica clássica, foi objecto de sucessivas releituras e actualizações de ordem estética, cultural e religiosa, de acordo com as tendências literárias de cada época.

A primeira grande mudança irrompe com a publicação, em estado definitivo, do *De Doctrina Christiana*, em 427/428. Agostinho não nega a importância da aprendizagem da retórica clássica. Aparentemente afirma tão-só que é um saber complexo, difícil de dominar e que requer qualidades excepcionais de memória. É, pois, uma tarefa para jovens: “satis est, ut adolescentulorum ista sit cura” (IV, III, 4). Mas logo a seguir acrescenta uma restrição que relega a aprendizagem da retórica clássica para segundo plano. Insisto neste passo, porque ele representa efectivamente um manifesto cujo espírito perpassa por toda a obra. Para que não haja dúvidas, o *De Doctrina Christiana* destina-se a dar alguma formação retórica, de outro tipo e sobretudo noutra perspectiva –“utilitati ecclesiasticae”, “para utilidade da Igreja”–, e tem um objectivo eminentemente prático, mais do que expor “os princípios teóricos” que se ensinam “nas escolas seculares” (IV, III, 4).<sup>19</sup> Nestas palavras, com esta simplicidade, está enunciada uma novidade absoluta, que assume uma viragem definitiva na transmissão do saber e da cultura, em instituições diferentes, para fins diversos. Ainda que os princípios técnicos se mantenham os mesmos –fases de elaboração, partes e funções do discurso– o campo de aplicação e o texto de referência, de citação e de prova são outros: a Sagrada Escritura. O texto a produzir é o sermão, a homília, o comentário exegético; o auditório, um sujeito colectivo: a assembleia dos fiéis. Acima de tudo valoriza-se o carácter poético e a técnica retórica, à sua maneira, do texto bíblico.

O discurso laudativo, que tem como único fim deleitar, não tem lugar neste contexto: “Desejem esse fim aqueles que se gloriam na língua e se jactanciam dos panegíricos e outras tais dicções onde o ouvinte está, não para ser ensinado, nem para ser movido a fazer alguma coisa, mas apenas para ser deleitado. Nós, porém, remetemos este fim para outro fim, a saber, aquilo que pretendemos alcançar quando falamos em estilo sublime, pretendamo-lo mesmo por este meio, levando a amar os bons costumes ou a evitar os maus.”<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> “Nec ipsorum omnium, quos utilitati ecclesiasticae cupimus erudiri, sed eorum, quos nondum magis urgens et huic rei sine dubio praeponenda necessitas occupavit.”

<sup>20</sup> *Ibidem*, IV, XXV, 55: “Appetant eum qui lingua gloriantur, et se in panegyricis talibusque dictionibus jactant, ubi nec docendus, nec ad aliquid agendum movendus, sed tantummodo est delectandus auditor.”



Esta lição, ainda que nem sempre praticada com rigor, será repetida ao longo dos séculos. Pouco antes de Vieira nascer, São Francisco de Sales escreveu uma carta ao Arcebispo de Bourges, mais tarde divulgada com o título de *Traité de la Prédication*, onde se lê:

Il y a une autre sorte de délectation, qui ne dépend pas de l'enseigner et émouvoir, mais qui fait son cas à part, et bien souvent empêche l'enseigner et l'émouvoir. C'est un certain chatouillement d'oreilles, qui provient d'une certaine élégance séculière, mondaine et profane, de certaines curiosités, agencements de traits, de paroles, de mots, bref qui dépend entièrement de l'artifice: et quant à celle-ci, je nie fort et ferme qu'un prédicateur y doive penser; il la faut laisser aux orateurs du monde, aux charlatans et courtisans, qui s'y amusent. Ils ne prêchent pas Jésus-Christ crucifié, mais ils se prêchent eux-mêmes. Non sectamur lenocinia rhetorum, sed veritates piscatorum (Nous ne nous amusons point aux charmes des rhéteurs, mais nous nous attachons aux vérités des pêcheurs). (Sales 19)

Estas palavras, que são a negação pura e simples da retórica de aparato, estão na continuidade do anátema equivalente de Agostinho sobre os “panegyricis talibusque dictionibus”, atrás citado. É, pois, com certa dificuldade, mas com grande argúcia intelectual que dois autores do século XVI procuraram harmonizar a tradição clássica dos três gêneros oratórios –forense, deliberativo, demonstrativo– com o ensino de uma retórica destinada à pregação.

Fr. Luís de Granada, O.P. (1504-88), eliminou do seu horizonte teórico o género forense: “Destes quatro géneros, escreve ele, já dissemos acima que deve ser excluído do nosso propósito o género forense.”<sup>21</sup> Eram três os géneros oratórios na teorização clássica. Fr. Luís de Granada acrescenta-lhes um quarto género, o *didascálico*, termo cuja tradução deve ser feita por algo como “escolar”, ou “académico”, “ensaístico”, “tratadístico”, ou simplesmente “didático” ou “científico”, na medida em que inclui toda a escrita de reflexão teológico-filosófica, as teses, as dissertações de qualquer natureza. Os exemplos dados são o *De Officiis* de Cícero, os tratados de Santo Tomás de Aquino e outros. Enfim, tudo quanto diz respeito a Deus, aos anjos, à alma, à fé, à esperança, à caridade, etc., e disserta sobre a sua natureza, género, espécie, partes, causas, efeitos.

Não deixa de ser uma grande inovação submeter ao mesmo tipo de estrutura, construção e análise crítica toda esta produção escrita. É esta visão revolucionária que explica e justifica o alargamento do quadro em que se limitavam as partes do discurso a três itens: exórdio, argumentação, confirmação, peroração. Na perspectiva de Fr.

---

Nos vero istum finem referamus ad alterum finem, ut scilicet quod efficere volumus, cum granditer dicimus, hoc etiam isto velimus, id est, ut bona morum diligentur, vel devitentur mala.”

<sup>21</sup> “Ex his autem quatuor generibus iudiciale ab instituto nostro excludendum esse superius diximus” (Granada 176).

Luís de Granada, este quadro restritivo deve ser ampliado, para poder abarcar outros figurinos discursivos, de modo a abranger o recém-criado *genus didascalicum*.

Assim as partes do discurso passam a ser seis, realmente sete, se contarmos a refutação como elemento autónomo: exórdio, narração, proposição, divisão (ou partição), confirmação, refutação, conclusão (ou peroração). O exórdio, uma vez excluído o género forense, deixa de ter como função a *captatio benevolentiae* e passa a ter uma abrangência mais vasta que possa englobar o prólogo de qualquer tese ou tratado, função que é redefinida como: “o exórdio é o começo do discurso e por ele se prepara o espírito do ouvinte para ouvir.”<sup>22</sup> Ou do leitor para ler, poderíamos acrescentar, quando se tratar de um discurso em diferido, como é o caso dos tratados ou das teses.

Fr. Luís de Granada, limitando embora a sua teorização a questões eclesásticas, acabou por dar um impulso ao alcance da aplicação da ciência retórica à escrita e à crítica literária de qualquer horizonte.

Com tudo isto, o sermão propriamente dito, ao contrário do que sucedia numa teorização mais agarrada ao esquema clássico dos três géneros, é dividido por dois géneros: o deliberativo, quando se trata de um sermão destinado, como devem ser todos, a “persuadir, dissuadir, estimular, desestimular, solicitar, aconselhar, recomendar;”<sup>23</sup> o demonstrativo, quando “louvamos ou vituperamos pessoas, coisas, factos.”<sup>24</sup> Ao primeiro destes dois géneros passa a pertencer o sermão moral e ao segundo, em exclusivo, o sermão laudativo ou panegírico.

Era este o quadro teórico que o Padre António Vieira tinha em mente quando fixou definitivamente por escrito 190 dos seus sermões. Postumamente foram publicados, sem a sua intervenção editorial, mais 13, uns acabados, outros não (Mendes 302-04). Vieira tinha muito claro na sua mente que seguia princípios e normas do género oratório que pensava dar a conhecer num livro já concebido e que aguardava “a última forma.”<sup>25</sup> À falta dele –de facto nunca veio a lume– recomenda ao leitor que consulte o Sermão da Sexagésima. Mas aí nada de específico se encontra sobre o panegírico; pelo contrário, põe-se de sobreaviso o leitor contra o uso do discurso engenhoso, tolerado e até aconselhado por alguns teorizadores quando se faz o elogio das virtudes, das acções e o do carácter dos santos.

A primeira questão é saber quais são os sermões que Vieira considera pertencerem ao número dos panegíricos. Segundo as indicações didascálicas contidas nos cabeçalhos da edição príncipe, são “ascéticos e panegíricos” os trinta sermões da série Maria Rosa Mística. O subtítulo “excelências, poderes e maravilhas do seu Rosário”

<sup>22</sup> *Ibidem*: “Exordium est principium orationis, per quod animus auditoris praeparatur ad audiendum.”

<sup>23</sup> *Ibidem*: “Suademus, dissuademus, hortamur, dehortamur, petimus, consiliamur, comendamus.”

<sup>24</sup> *Ibidem*: “Personas, res, facta laudamus, aut vituperamus.”

<sup>25</sup> Vieira 2008, 6: “Se chegar a receber a última forma um Livro, que tenho ideado com título de *Pregador, e Ouvinte Cristão*, nele verás as regras, não sei se da arte, se do génio, que me guiaram por este novo caminho. Entretanto se quiseres saber as causas, por que me aparteí do mais seguido, e ordinário, no sermão de *Semen est verbum Dei*, as acharás: o qual por isso se põe em primeiro lugar, como prólogo dos demais.”

enuncia os tópicos –carácter, virtudes e milagres– que devem caracterizar os sermões do santoral e das festas de Maria, considerando-os à partida como uma larga faixa de discursos que caem no âmbito do panegírico (Vieira 1686). No Sermão de Santo António em Roma, reconhece-se que, entre “os teatros, e jogos públicos, os aplausos e os poemas”, os panegíricos são uma outra forma, não muito diferente no espírito de festa, de celebrar os milagres do santo: “As mesmas obras gloriosas”, “as mesmas maravilhas, que obrou nas terras estranhas” (Vieira 1699, 281). No Sermão das Lágrimas de São Pedro admite Vieira que outros pregadores façam um panegírico às lágrimas do Apóstolo; e usando a figura da preterição –“Não é o meu intento dizer estas cousas”– lá as vai dizendo, alinhando uma série de frases, do mais belo recorte e da mais fina subtileza:

Mas que diriam sobre esta ponderação, os que neste dia fazem panegíricos às lágrimas? Diriam que estima Deus tanto as lágrimas choradas por pecados, que permitiu Deus o pecado de Adão, só por ver chorar pecadores. Diriam que permitiu Deus o pecado: da Sua parte, para que os homens vissem a Deus derramar sangue; da nossa parte, para que Deus visse aos homens derramar lágrimas. Não é o meu intento dizer estas cousas. Que importa em semelhantes dias que as lágrimas fiquem louvadas, se os olhos ficam enxutos? O melhor elogio das lágrimas é chorá-las (Vieira 2008, 432)

Vieira brilha neste tipo de retórica. O leitor ou ouvinte é levado ao paroxismo por esse *acutum dicendi genus*, por esse discurso engenhoso, em que se confronta a efusão do sangue de Deus com a das lágrimas dos homens. O dizer de forma paradoxal, o oximoro que raia o absurdo, o zeugma de predicados que se contradizem, como a ideia de que a melhor forma de elogiar as lágrimas é chorá-las; enfim, o desnível antitético entre o sangue e as lágrimas, entre o sofrimento de Deus e o dos homens – são outras tantas formas de pôr o conceito engenhoso ao serviço da persuasão, da conversão, sem a qual o sermão não atinge o seu objectivo.

Um dos recursos mais poderosos que Vieira usa para a construção do elogio radica na interpretação alegórica da Sagrada Escritura. Cruzando textos às vezes contraditórios, alegando autoridades patrísticas, reflectindo sobre a história ou sobre a natureza e o esplendor do universo, saltando das realidades visíveis para as invisíveis, constrói-se um labirinto de subtilezas por onde o pregador conduz o seu auditório, por vezes com dificuldade. Se há exemplo vivo disso, esse é sem dúvida o Sermão de Nossa Senhora da Luz, que salta de subtileza em subtileza, entre o simbolismo do sol (Cristo), da luz (Maria) e do dia (a criação, o homem). Vieira pretende levar tão longe o louvor da Mãe de Deus que a certo ponto do discurso afirma que é a luz e não o sol que faz o dia. Não deixa de ser um desafio à inteligência que a proposta do tema do sermão seja formulada, logo a partir do exórdio, de uma forma tão caracteristicamente engenhosa como esta:

O Sol, se bem advertirdes, tem dous nascimentos: um nascimento, com que nace quando nace, e outro nascimento, com que nace antes de nacer. Aquela primeira luz da manhã, que apaga, ou acende as sombras da noite, cuja luz é? É luz do Sol. E esse Sol então está já nacido? Não, e si. Não: porque ainda não está nacido em si mesmo. Si: porque já está nacido na sua luz. De sorte que naturalmente vêem os nossos olhos ao Sol duas vezes nacido: nacido quando nace, e nacido antes de nacer. (Vieira 2008, 132)

Este jogo de oposições assente em “Não e sim” reforça a subtileza da argumentação e prepara os termos da interpretação alegórica que se segue, a qual se torna tanto mais credível quanto o seu ponto de partida é um fenómeno empírico. Com efeito, quando Vieira proclama: “Naturalmente vêem os nossos olhos ao Sol duas vezes nacido: nacido quando nace, e nacido antes de nacer”, qualquer ouvinte, habituado à comunicação por exemplos e à alegorização, facilmente antecipa a descodificação dos termos da alegoria, entendendo que, assim como o sol visível, assim também o Sol invisível teve dois nascimentos.

Alguém no auditório poderá ter pensado que o segundo nascimento de Cristo ocorreu quando nasceu de Maria, como o dia irrompe da Luz, e o primeiro na eternidade, sendo gerado pelo Pai. Vieira não desfaz esta possibilidade de alegorização; mas tem em mente outra mais subtil e inesperada, adiada, por enquanto. É preciso saber dosear os recursos e a matéria. É preciso estar atento ao ouvinte e atear a atenção com uma nova faúlha quando ela começa a esmorecer.

Entretanto faz-se uma breve passagem pelo relato evangélico da ressurreição –“muito de madrugada chegaram ao Sepulcro, sendo já o Sol nacido”– que dá azo a mais duas técnicas aconselhadas para o discurso laudativo: a amplificação e a argumentação, com testemunhos e interpretações dos Santos Padres. Uma interrogação seguida da resposta –figura da subjecção– vai espezitar a inteligência do ouvinte: “Agora pergunto eu (se alguém me não entendeu ainda): Quem é este Sol duas vezes nacido? E quem é esta luz de que se formou este Sol? O Sol é Jesu, a luz é Maria” (Vieira 2008, 135). Mas, com aquele aparte entre parênteses, a pergunta torna-se ficticiamente ociosa: “Se alguém me não entendeu ainda”. Isto quer dizer que Vieira quer dar a entender que pensa que todos perceberam onde quer chegar. Mas para que não se dê o caso de haver alguém que se tenha distraído ou não tenha acompanhado o raciocínio, a resposta ou subjecção que ele mesmo acrescenta elimina toda a espécie de dúvida e actualiza, num ápice, todo o auditório quanto ao primeiro tópos deste sermão: Maria é luz que ilumina os nossos dias.

E agora, sim, vem a descodificação completa deste exórdio tão intrincado de argúcias:

Assi como o Sol nasceu duas vezes, e teve dois dias de nascimento; assi como o Sol nasceu ãa vez quando nasceu, e outra antes de nascer; assi como o Sol ãa vez nasceu em si mesmo, e outra na sua luz; assi nem mais nem menos o Sol Divino, Cristo, nasceu duas vezes, e teve dois dias de nascimento. Um dia, em que nasceu em Belém; outro, em que nasceu em Nazareth. Um dia, em que nasceu quando nasceu, que foi em vinte e cinco de Dezembro; e outro dia, em que nasceu antes de nascer, que foi neste venturoso dia. Um dia, em que nasceu de Sua Mãe; outro dia, em que nasceu com Ela. Um dia, em que nasceu em Si mesmo; outro dia, em que nasceu n' Aquela de quem nasceu. *De qua natus est Iesus.* (Vieira 2008, 135)

Fica tudo explicado e sobretudo ressalta daqui que se estava a celebrar a festa da Anunciação (25 de Março), que coincidia com a festa do nascimento de Maria, tal como era celebrado na Igreja do Colégio do Maranhão. A figura da derivação –“nasceu”, “nascimento”, “nascido”, “nacer”– reforçada pela da repetição, imprimem intensidade à elocução, elevam o estilo e contribuem para manter a atenção dos ouvintes.

Chegados a este ponto, fim do exórdio, havia que desenvolver, amplificar o louvor de Maria, no dia do seu nascimento, que era também o dia do primeiro nascimento de Cristo antes de nascer. Será a associação destes dois nascimentos que, por contraste, vai dar lugar ao desenvolvimento do mesmo tópos, recorrendo à hiperbolização.

Se há dois nascimentos, “por qual deles devemos mais festejar” este dia? Pelo do Sol ou pelo da Luz, pelo de Cristo, ou pelo de Maria? Continuam as metáforas em sequências mais ou menos transparentes. Mas é apenas a linguagem e o inesperado da doutrina que mantém o interesse. A resposta que um fiel cristão esperava seria que esse dia devia ser mais festejado por ser o primeiro nascimento do Sol. Mas Vieira, atento ao efeito causado pelo que é surpreendente, responde à sua própria pergunta com elegância e subtilidade:

Com licença do mesmo Sol (ou com lisonja sua) digo que por dia do nascimento da Luz. E porquê? Não por ãa razão, nem por duas, senão por muitas. Só quatro apontarei, porque desejo ser breve. Primeira razão: porque a luz é mais privilegiada que o Sol. Segunda: porque é mais benigna. Terceira: porque é mais universal. Quarta: porque é mais apressada para nosso bem. Por todos estes títulos é mais para festejar este dia por dia do Nascimento da Luz, que por dia, ou por véspera do Nascimento do Sol. (Vieira 2008, 136)

A “lisonja” do Filho está em ver-se ilustrado pela própria Mãe, como o Sol pela Luz. Mas a resposta de Vieira serve também para fazer uma *diuisio* ou partição em quatro pontos, sempre no intuito de hiperbolizar o louvor. Mas como a comparação entre santos, desaconselhada pelos teorizadores das retóricas eclesiásticas, envolve

alguns riscos, estes são muito maiores ainda quando se põe em confronto quem merece o maior grau de louvor. Não admira, pois, que o pregador tome as suas cautelas para evitar equívocos, e não ser acusada de menos ortodoxa a sua doutrina. E, por isso, faz uma *occupatio*, isto é, previne-se contra futuras acusações no foro da sua doutrina: “...declaro que em tudo o que disser procede a comparação entre Cristo, como Sol de Justiça, e a Senhora da Luz, como Mãe de Misericórdia”. Isto significa que Maria é “Avogada, e Medianeira nossa, e Dispensadora universal de Suas graças”, mas que todas estas graças derivam dos méritos de Cristo. Assim, toda a hiperbolização que possa parecer ultrapassar estes limites não é mais do que um excesso retórico de palavras, próprio do panegírico.

Desenvolvidos e ampliados os quatro pontos da *diuisio*, a peroração assume a forma de uma longa apóstrofe aos cristãos, que termina com uma exortação ou convite –“Venhamos, venhamos a buscar luz a esta fonte de luz, e levemos daqui cheias de luz nossas almas”– e uma promessa enfatizada pela repetição de “Com esta luz”, “com esta luz”, “com esta luz”, e pela gradação ascendente “saberemos”, “conhecemos”, “chegaremos”.

Em todos os recursos que utiliza, a começar pela transparência da estrutura, mesmo num certo excesso de subtileza engenhosa, este sermão é um exemplar perfeito de um panegírico, sob a forma de louvor consagrado às festas do santoral. Poderemos incluir neste género específico, além dos sermões consagrados a Maria (45), todos os que são dedicados às festas dos santos (59).<sup>26</sup> Vieira, além disso, num dos sermões do Mandato pregado na Capela Real, em 1651, admite que o amor de Cristo possa ser objecto de “maiores panegíricos” (Vieira 1692, 359), ampliando assim o número de sermões susceptíveis de se incluírem no género epidíctico. Mas, trate-se do elogio de um santo, de uma virtude ou de um conceito, não há divergência nem na estrutura, nem na matéria predicável, nem nos procedimentos de argumentação e prova. Em todos eles domina o sagrado.

Ligeiramente diferente é o conjunto dos sermões de circunstância voltados para a celebração de acontecimentos faustos ou infaustos, em que o elogio incide sobre os príncipes reinantes, seus antepassados e seus sucessores: dos faustos, os anos da rainha Maria Francisca Isabel em 1684, o nascimento da princesa primogénita Isabel Luísa Josefa (6 de Janeiro de 1669), o nascimento do príncipe D. João em 1688, logo falecido com 18 dias de vida, o nascimento do futuro D. João V em 1689, o nascimento da infanta Teresa Francisca Xavier Josefa Leonor em 1696; dos infaustos, uma meia dúzia de sermões de exéquias. Este conjunto, a que se poderiam juntar os sermões que celebram a vitória das armas de Portugal, apresenta algumas características próprias na forma de construir o panegírico, sobretudo na escolha da

---

<sup>26</sup> Santo Agostinho, Santo António (9), Santa Bárbara, S. Bartolomeu, Santa Catarina (2), Santa Cruz (2), Beato Estanislau Kostka, Santo Estêvão, S. Francisco de Assis (2), S. Francisco Xavier (15), S. Gonçalo, Santo Inácio, Santa Iria, S. João Baptista (2), S. João Evangelista, S. José (3), S. Lucas, S. Pedro (3), S. Pedro Nolasco, Rainha Santa Isabel, S. Roque (4), S. Sebastião, Santa Teresa (2), Todos os Santos.

matéria, mais voltada para a história, para a política e para os feitos heróicos, em grande parte veículo do patriotismo de Vieira. Tomo como objecto de análise exemplificativa o Sermão Gratulatório e Panegírico em acção de graças pelo nascimento da princesa (1699, 170-202).

Uma forma de arquitectar o panegírico, ou de o ampliar, é procurar na Sagrada Escritura uma personagem, ou uma situação, circunstância ou proeza famosa que tenha semelhanças com o evento ou a pessoa que são objecto do elogio. Se de um rei se trata, procura-se nas crónicas do Antigo Testamento a vida de um rei ou de um facto paradigmáticos: um David, um Salomão, se o rei é piedoso e afortunado. Se é ímpio e as suas acções funestas e desafortunadas, não faltam também modelos de desgraça que mereçam exemplar vitupério e o reforcem. Para estes casos recorre-se, em geral, às biografias dos imperadores romanos como nos foram legadas pela *Vida dos Césares* de Suetónio e pela *História Augusta*, às *Histórias* e aos *Anais* de Tácito, e a factos conhecidos e narrados com intenções moralizadoras pelos historiadores e escritores dos séculos XVI e XVII.

Em todo este acervo de informação de valor histórico desigual encontra Vieira abundante matéria para todo o tipo de elucubrações. É aqui que vai buscar as figuras, as comparações e as narrativas espectaculares que prendem a atenção do auditório (ouvintes e leitores) e gravam nas suas mentes imagens impressivas que alimentam o discurso, e sugerem e ilustram o débito retórico e linguístico: vocabulário vivo, analítico, descritivo, figurado, metafórico, que penetra nas intenções e nos pensamentos e desvenda emoções e sentimentos das personagens que vai escarpelizando. Há dois efeitos que Vieira sabe tirar magistralmente deste método: um é fazer com que o leitor, ou o ouvinte, se sinta levado por sua mão a entrar nos meandros interiores das personagens tão vivamente representadas diante de si; o outro é levá-lo a entrar dentro de si mesmo, a auto-analisar-se no mesmo impulso com que assiste ao desvendar da alma alheia.

A este método chama Vieira “aplicações”. Às vezes parece que a sua escrita e a sua reflexão saltam do livro, do *exemplum* para a vida. “Não fazia conta de aplicar o caso, por ser tão semelhante” (Vieira 1699, 185 e 1959, 15). A semelhança é a do Rei David com D. Pedro, ou vice-versa. O caso é que ambos, sendo embora os filhos mais novos, chegaram a reis, o primeiro por escolha de Deus, o segundo pela Fortuna. Ambos ocuparam o trono estando ainda vivos os legítimos reis anteriores: “Não depois da morte, senão em vida do Rei, bem assim como David em vida del-Rei Saul” (*ibid.*). “Aplicação” delicada, se não ofensiva. Vieira toma as suas cautelas: “quero que me entendam todos”, para que “não haja algũa ingratidão” (*ibid.*). Apesar disso, não terá faltado no auditório quem tenha murmurado contra a ousadia de Vieira, que, indício da delicadeza da situação, mencionou o nome do rei anterior a David, “em vida del-Rei Saul”, mas não o do rei anterior a D. Pedro, “o primeiro degrau da sua fortuna foi, pôr-lhe Deus na mão o Cetro de Portugal, e assentá-lo no Trono Real, não depois da morte, senão em vida do Rei” (*ibid.*).

Para Vieira o calafrio era calculado. Todos sabiam que tinha sido uma das vítimas do regime do Conde de Castelo Melhor a coberto de D. Afonso VI. O trazer à cena do púlpito “a aplicação” do filho mais novo que ocupa o “trono real” acaba por não ser mais do que legitimar, biblicamente, com David o “caso” de D. Pedro II, cujo encómio se segue com a enumeração dos benefícios alcançados desde que D. Pedro começou a reinar:

Quando Sua Alteza tomou as rédeas do governo, estava o Reino oprimido, e carregado de tributos; as Províncias, e campanhas fervendo em armas; os vassallos dentro, e fora, no mar, e na terra, padecendo os trabalhos, e opressões das guerras. Aqui subiu sua fortuna o segundo degrau. Vem ùa paz, e outra paz, não buscadas, senão trazidas a Portugal; cessam as armas, levantam-se os tributos (como também os tirou David: *Tulit David fraenum tributi de manu Philistiim*): respira o Reino, descansam os povos, colhem-se as novidades, e frutos da terra em tanta abundância, recolhem-se os comércios, e riquezas do mar em tantas frotas, em tantos tesouros. (Vieira 1699, 185-86 e 1959, 15)

Duas perguntas, “Tens mais que desejar? Tens mais que pedir a Deus, Reino de Portugal?” (Vieira 1699, 186 e 1959, 15), fazem a passagem para o elogio da princesa. O que havia mais a “desejar” e a “pedir” era garantir a sucessão.

Uma das formas de ampliar o encómio consiste em assumir como vindas de si próprio as objecções que podem ser feitas como reparos alheios. O que se esperava do casamento do Príncipe D. Pedro com a ex-mulher do seu irmão era o nascimento de um sucessor varão. Nasceu, porém, uma menina.

Nestas circunstâncias, que argumentos poderiam tornar o panegírico credível? Recorrendo à subtileza, elemento essencial do género “gratulatório e panegírico”. Precisamente porque a subtileza comporta o surpreendente e o inesperado. Passaria pela cabeça de poucos exegetas ler nos textos do Antigo e do Novo Testamento a existência de uma primogénita na Trindade, a Sabedoria eterna e incriada, e de um primogénito, o Verbo gerado desde toda a eternidade: “Porque em Deus assim no Céu, como na terra; assim no Divino, como no humano, primeiro é a Primogénita, que o Primogénito” (Vieira 1699, 191 e 1959, 20). Mas esta subtileza exegética é apenas lançada e sacudidamente abandonada sem mais explicações: “Não me detenho em distinguir estas prioridades, e virtualidades, porque falo entre doutos” (Vieira 1699, 192 e 1959, 21).

Por isso, o pregador passa a ocupar-se de motivos menos arriscados e mais realistamente plausíveis: “Passemos à terra” (*ibid.*), diz ele.

Aqui entra outro princípio que é o encanto da generosa abnegação no feminino, predestinada desde toda a eternidade. Ainda que sendo princesa primogénita, futura rainha em potência, a menina acabada de nascer só o será verdadeiramente se os pais e o país tiverem o azar de não vir a nascer um herdeiro masculino, em qualquer degrau



da série dos rebentos reais. No fundo Vieira parece querer consolar a decepção de D. Pedro ao ver nascer-lhe, não o rapaz desejado, mas uma menina que se tornará extremamente bela, segundo as fontes da época (Braga 15).

Por enquanto, porém, o elogio da recém-nascida glosará o tópos de que ela é uma estrela que antecede o nascimento do sol e uma flor que transporta o fruto. Imagens e dizeres muito poéticos que não escondem a secundarização a que está destinada quando nascer o príncipe seu irmão que todos desejam: pais e país.

Ainda assim subsiste um motivo, este realíssimo, para prever um futuro risonho para a princesa: ser requestada pelas casas reais, por essa Europa fora, para cimentar as alianças políticas que interessarem a seu pai e aos seus conselheiros. A menina ainda não sabe, mas Vieira sabia-o, quando deu a última demão a este sermão, que Luís XIV, o Rei Sol, seu padrinho, teria parte nesse negócio por intermédio de Maria Francisca Isabel de Sabóia, mãe da princesinha.

Não creio que seja possível interpretar como uma monumental ironia as palavras com que Vieira remata uma parte do seu panegírico: “E porque, ou para que foi primeiro a Filha, que o Filho? Para que quando viesse o Filho, achasse já quebrada a cabeça, e pisado o veneno da Serpente: *Ipsa conteret caput tuum*. Causa é vulgar na História sagrada, e advertida comumente dos Padres, que os Primogénitos, se são filhos, pela maior parte saem mordidos, ou abocanhados da fortuna, e tocados de seu veneno, e trazem consigo não sei que desar, ou azar da natureza” (Vieira 1699, 192-93 e 1959, 21). Mas não é impossível ouvir nestas palavras uma evocação do seu amado príncipe D. Teodósio, primogénito de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, que um “azar da natureza” levou na flor da idade. Esse teria sido o seu rei. E tudo teria sido diferente.

Entretanto o seu olhar volta-se para o rol exemplificativo de primogénitos bíblicos “reprovados”, ou “menos queridos de Deus” (Vieira 1699, 193 e 1959, 21). Para que a ideia fique clara, repisa-a recorrendo à técnica da insistência, e enfatiza-a com o paralelismo de um isocólon de cinco membros: “O Primogénito de Adão, Caim, desgraçado: o Primogénito de Abraão, Ismael, desgraçado: o Primogénito de Isaac, Esaú, desgraçado: o Primogénito de Jacob, Ruben, desgraçado: o Primogénito de David, Ámnon, desgraçado” (Vieira 1699, 193 e 1959, 21-22).

“Desgraçado... desgraçado... desgraçado... desgraçado... desgraçado”, cinco vezes! Poderemos imaginar que não terá faltado na assistência quem tenha entendido nestas palavras um anátema lançado sobre o rei deposto e exilado. Nas leis do panegírico também entra este aspecto: uma referência evasiva ao vitupério daqueles que não se querem nomear.

Agora é, todavia, tempo de elogiar, não de censurar: *Na casa de bênção, primeiro é a filha, que o varão*. Afirmção proverbial logo atenuada por outra: “Enquanto não vier o Primogénito, já temos Herdeira” (Vieira 1699, 195 e 1959, 23).

E foi o que aconteceu com o nascimento do príncipe D. João, que veio a ser o quinto rei deste nome, fruto do segundo casamento de D. Pedro com D. Maria Sofia Isabel de Neuburg, vindo à luz um ano e seis dias antes de a Princesa morrer com

vinte e um anos de idade em 28 de Outubro de 1690. Este panegírico veio a lume em forma definitiva só em 1699, depois da morte da Princesa, embora tenha conhecido edições em folheto.

Mas voltemos vinte e um anos atrás. A Princesinha, afilhada de Luís XIV, admirada pela sua beleza, negociada dezenas de vezes em contratos de casamento com as melhores casas nobiliárquicas da Europa, algumas vezes com a intervenção de Vieira, é desde já por ele elogiada com as qualidades que dela se esperavam em antevisão do futuro: “Muito benigna, muito discreta, muito vigilante, muito liberal, e sobre tudo muito favorecida do Céu” (Vieira 1699, 193 e 1959, 24). São as qualidades que se esperam de uma princesa que é proposta em casamento. A Princesinha, porém, morreu sem se casar, ficando para a história com o epíteto melancólico de “a sempre noiva”. O elogio de Vieira vai revertendo a favor de D. Pedro: “Esta é a Primogénita, que hoje nasceu a Portugal: esta é a Princesa que hoje nasceu para o mundo: tão digna do pai, a quem se deu, como do Pai, que a deu: *Te Aeternum Patrem*” (Vieira 1699, 196 e 1959, 24).

Quando pregou este sermão, Vieira acabava de passar por uma das fases mais dolorosas da sua vida. Expulso da corte após a tomada do poder pelo grupo chefiado por D. Luís de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castelo Melhor, foi entregue à Inquisição, vítima de um longo processo que resultou em desterro desde 1662 e em encarceramento desde 1 de Outubro de 1665, e culminou com uma sentença condenatória proferida a 23 de Dezembro de 1667, após a ascensão ao trono do Príncipe D. Pedro.

Era, pois, ao Regente do Reino que Vieira procurava impor-se, não apenas como pregador, homem de palavras autorizadas e convenientes, mas também como portador de um pensamento político que pudesse ser o sustentáculo do Reino Restaurado. Na mira de Vieira está a recuperação do prestígio de que gozara junto de D. João IV. A visão que tem a transmitir ao Príncipe Regente, então com vinte e um anos de idade, é um esboço da esperança da consolidação da nova dinastia que se vinha realizando passo a passo, dia após dia. “O primeiro, diz Vieira, foi o dia da Aclamação” (Vieira 1699, 201 e 1959, 29). Mas aí foi recuperado apenas “o Reino que foi” (*ibid.*). O segundo foi “o dia das Pazes” (*ibid.*), com a Espanha, que pôs fim à guerra da Restauração. Neste dia deu Deus aos Portugueses “o Reino que é” (*ibid.*). Finalmente chegou o terceiro dia, o “do nascimento da nossa Primogénita”, aquele que nos trouxe “o Reino que há-de ser” (*ibid.*). E se o primeiro dia nos deu “o Reino duvidoso”, e o segundo “o Reino seguro”, o terceiro trouxe-nos “o Reino perpetuado” (*ibid.*). Era o melhor augúrio que se podia desejar ao jovem Príncipe, o último filho de D. João IV, que a fortuna investira da realeza.

Um bom presságio faz parte integrante da retórica do elogio. No caso de D. Pedro, que vivia ainda a insegurança dos primeiros anos de governação, com a ameaça latente de uma reviravolta semelhante à que ele mesmo conspirara, um tal augúrio devia produzir um efeito profundo. Assim, pelo menos, pensava Vieira, que ampliou largamente o tópos da perpetuidade da vida dos pais na dos filhos, tecendo belíssimas

sentenças como estas: “Louve a Deus o belíssimo Luzeiro, que hoje amanheceu nos nossos Horizontes, esclarecendo, e alumando com a mesma luz, a que sai, este seu, e nosso hemisfério. Assim como os Reinos louvam a Deus: *Regna Terrae cantate Deo*; louve a Deus o Reino de Portugal, pois entre todos os do Mundo se vê dele tão amado, tão favorecido, tão sublimado. Assim como toda a terra louva a Deus: *Omnis terra adoret te, et psallat tibi*; louvem a Deus todas as partes da terra de nossa Monarquia, e lembrem-se, pois se não podem esquecer, dos trabalhos, das perdas, das opressões, das ruínas, que padeceram por falta de sucessão” (Vieira 1699, 201-02 e 1959, 29-30). E até mesmo a nível pessoal “os homens, que são pais, têm duas vidas: ãa vida, que acaba; outra vida, que continua. A vida que acaba, conta-se no dia da morte do pai: a vida que continua, conta-se do dia do nascimento do filho” (Vieira 1699, 199 e 1959, 27).

Até aqui o elogio não passa de um exercício inocente da técnica retórica. Como tal não vai além da aplicação da *inuentio* à descoberta de motivos e palavras que celebrem condignamente um acontecimento feliz ou infausto.

Resulta, porém, particularmente grave e solene o momento em que o encómio evoca, seguindo as regras do género, os antepassados do elogiado. Vieira, no nascimento da filha de D. Pedro, evoca “o Coro Celestial” (Vieira 1699, 171 e 1959, 1), de que fazem parte D. João IV e D. Luísa de Gusmão. Mas tudo se deve fazer de modo a tornar presentes imagens de vida e não de morte. Os reis avós da criança participam idealmente na celebração do nascimento da neta, acrescidos de “glória accidental” que lhes vem das “novas, e segundas primícias de sua Real descendência” (*ibid.*). Por isso, “se lá no assento etéreo” (Camões 156), na expressão de Camões, ou “desde esse trono de maior majestade”, nas palavras de Vieira, lançam “mil bênçãos sobre a recém-nascida Infante” (Vieira 1699, 171 e 1959, 2). Os dois mundos, o de cá e o do além, unem-se na mesma alegria, que nem sequer a evocação da “sepultura”, “terra do esquecimento”, consegue toldar, porque os mortos, depois de mortos, passam à “Pátria da memória, e das lembranças” (*ibid.*).

Assim, mortos e vivos, além e aquém, céu e terra, unem-se com a mesma alegria num só louvor. Talvez, saudades. Sim, talvez, não é certo se no céu “se consentem saudades.”<sup>27</sup> Mas saudades são sentimentos suaves que não impedem, antes aumentam a participação, um pouco melancólica, diga-se de passagem, na celebração da mesma alegria. Uma sentença, grave e concisa, vem retirar toda a veleidade de seguir o discurso encomiástico com ligeireza: “A morte, ainda que esfria o sangue, não acaba os parentescos, nem a diferença da vida faz mudança nas obrigações do amor” (*ibid.*).

O quadro está perfeito e quase completo. Para que, porém, o louvor seja pleno, tem de ser universal, de toda a terra. É isso mesmo o que diz o conceito predicável que Vieira toma do hino de acção de graças cantado em cerimónias de tanta promessa para o Reino: *Te Deum laudamus... omnis Terra veneratur*.

---

<sup>27</sup> *Ibidem*. Não deixará o leitor de sentir nestas palavras – “se se consentem saudades” – um novo eco do mesmo soneto de Camões: “Se... memória desta vida se consente”.

Aqui Vieira faz uma pausa para dizer que no discurso panegírico é preciso “ponderar” três coisas: “Quem louva? A quem louva? E porque louva?” (Vieira 1699, 172 e 1959, 3). E fixa-se primeiro no motivo do louvor que, segundo as suas palavras, “é, porque o Eterno Padre, enquanto Pai, fez hoje pai ao nosso Príncipe; e enquanto Eterno, o começa também a fazer eterno” (Vieira 1699, 173 e 1959, 3). Já vimos o desenvolvimento que Vieira deu a este motivo.

Fixemo-nos, por isso, na segunda pergunta: Quem é o sujeito que faz o elogio? “quem louva?” A resposta é “nós, e toda a terra” (Vieira 1699, 172 e 1959, 3). Mas se a pergunta é retórica, a resposta, pelo desenvolvimento que recebe, é profundamente ideológica e, mais que isso, fundadora de ideologia; “nós, e toda a terra”, porque “toda a terra é sinónimo de Portugal, e os Portugueses são parte dominadores, parte habitadores de toda a terra” (Vieira 1699, 177 e 1959, 7). E o texto prossegue: “Por isso no dia felicíssimo, em que o Príncipe, e Corte de Portugal, em nome, e representação de toda a Monarquia, vêm louvar, e agradecer a Deus solenemente o felice nascimento da sua Primogénita: razão é, e obrigação, que à mesma acção de graças venha, e concorra também toda a terra. Vimos nós, vimos todos os Portugueses louvar a Deus: *Laudamus?* Pois venha também connosco toda a terra venerá-lo: *Omnis terra veneratur*” (*ibid.*).

Não pode haver linguagem mais marcadamente imperial: “os Portugueses dominadores”, “a Corte de Portugal”, “toda a Monarquia”, “razão é, e obrigação de toda a terra”, “venha connosco toda a terra”. Imperial, porque ao império português cabe trazer toda a terra à veneração de Deus.

Este é o argumento, digamos, histórico. Para Vieira é tão histórico e profundo que define a identidade portuguesa: “Que obrigação tem toda a terra à Primogénita de Portugal, para vir dar graças a Deus pelo seu nascimento? Se Portugal não conhece esta obrigação, não se conhece: toda a terra tem a mesma obrigação de Portugal, porque Portugal é toda a terra. Portugal quanto ao Reino, é parte de ãa parte da terra na Europa: mas Portugal quanto à Monarquia, é um todo composto de todas as quatro partes da terra, na Europa, na África, na Ásia, na América” (Vieira 1699, 173-74 e 1959, 4).

Linguagem intrigante que soa a espírito colonial e imperial. Mesmo descontando o facto de Vieira ser um homem do século XVII e não poder ser interpretado fora das suas categorias mentais e à margem do grande projecto da *História do Futuro* a que dedicou muito do seu tempo nos dois anos e quase três meses que passou no cárcere e nos largos meses que precederam a sua reclusão, a sua linguagem tem dado origem a que alguns o tenham censurado por não ter sido mais do que um agente do colonialismo português. Mas, o que quer que se diga ou pense, estamos perante uma peça de alto valor literário, assente numa tradição sólida que assegurou uma produção de sermões que são e serão peças de grande riqueza de pensamento e admirável fulgor retórico.

## Obras citadas

- Braga, Isabel Drumond, & Braga, Paulo Drumond. *Duas rainhas em tempo de novos equilíbrios europeus, Maria Francisca Isabel de Saboia – Maria Sofia Isabel de Neuburg*. S.l.: Círculo de Leitores, 2011.
- Camões, Luís de. Álvaro J. da Costa Pimpão ed. *Rimas*. Coimbra: Almedina, 2005.
- Dionísio de Halicarnasso. Raul Miguel Rosado Fernandes trad. *Tratado da Imitação*. Lisboa: INIC, 1986.
- Granada, Fr. Luís de. R. P. Fr. Ludovici Granatensis. [...] *Ecclesiasticae Rhetoricae, siue, de ratione concionandi libri sex, denuo editi at diligenter emendati*. Coloniae: in Officina Birckmannica, 1582.
- Mendes, Margarida Vieira. *A Oratória Barroca de Vieira*. Lisboa: Caminho, 2003.
- Sales, Saint François de. *Traité de la Prédication, Avis que donne S. François, à Mgr. l'Archevêque de Bourges*. In Saint François de Sales. *Œuvres complètes*. Paris: Albanel et Martin, 1839. T. II.
- Vieira, Padre António. Direcção Científica de Arnaldo do Espírito Santo, Consultor Científico Aníbal Pinto de Castro, Fixação do texto e aparato crítico Arnaldo do Espírito Santo, Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel, Ana Paula Banza. *Sermões I*. Lisboa: Centro de Estudos de Filosofia – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008.
- . *Sermoens do P. Antonio Vieyra, septima parte*. Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes, A custa de Antonio Leyte Pereyra, 1692.
- . *Maria Rosa Mystica. Excellencias, poderes e maravilhas do seu Rosário compendiadas em trinta sermões asceticos, e panegyricos sobre os dous Evangelhos desta solemnidade, Novo, e Antigo: pelo P. Antonio Vieira I. Parte*. Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes, A custa de Antonio Leyte Pereyra, 1686.
- . *Sermoens do P. Antonio Vieyra, parte duodecima*. Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes, À custa de Antonio Leyte Pereyra, 1699.
- . Rev. Padre Gonçalo Alves ed. *Sermões*. Porto: Lello e Irmão, 1959. Volume XV.